



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2015

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações pedido de informações sobre o andamento do projeto de construção de cabo submarino de fibra óptica ligando o Brasil à Europa, anunciado pela Telebrás em janeiro de 2014, tendo em vista denúncia publicada na edição do boletim *Telesíntese* acerca da existência de entraves que estariam inviabilizando o empreendimento.

Justificação

Em janeiro de 2014, a Telebrás anunciou a constituição de uma *joint venture* com uma empresa espanhola de alta tecnologia, a *Islalink Submarine Cables*, para a construção de um cabo submarino de fibra óptica que ligará o Brasil à Europa. No empreendimento, a participação acionária da empresa espanhola será de 45%; a da Telebrás será de 35%; e os 20% restantes serão captados junto a fundos de investimento. A previsão de gasto total no projeto é de 185 milhões de reais e estima-se que a obra seja concluída em 18 ou 20 meses.

Evidentemente, trata-se de um projeto importantíssimo para o Brasil, tanto do ponto de vista do desenvolvimento da economia nacional quanto do ponto de vista geopolítico. Note-se que atualmente, existem quatro cabos de telecomunicações que ligam o Brasil ao exterior: todos eles vão para o Estados Unidos. Ou seja, todos os dados que circulam em alta velocidade, mesmo quando destinados à Europa ou quando nos vêm desse continente, têm de passar pela conexão dos cabos que nos ligam àquele país.

No entanto, notícia publicada no boletim especializado em telecomunicações, *Telesíntese*, de 20 de março passado, dá conta de que o projeto está correndo o risco de não sair do papel em vista da morosidade do Governo brasileiro em assinar o contrato.

Ainda segundo a matéria, a Comissão Europeia, braço executivo da União Europeia, teria reservado em seu orçamento os recursos necessários para o projeto do cabo submarino, mas esses recursos estarão disponíveis apenas até junho, quando, na ausência da assinatura do contrato, serão destinados a outras rubricas.

Tendo em vista a relevância do projeto para os interesses do Brasil, requeremos sejam repassadas ao Senado Federal informações detalhadas e urgentes sobre os entraves que estão impedindo a viabilização do empreendimento.

Sala de Sessões,

Senador **José Medeiros**

(À Mesa para decisão)